

16

OUTRAS POLÊMICAS

Várias indagações poderiam ser feitas, e, com base na experiência forense, o que não faltam são velhos problemas, a nosso ver, ainda não solucionados no sistema projetado, tais como enumeramos a seguir: 1) Seria cabível ação rescisória da decisão que julga agravo de instrumento? E mais, se a decisão do agravo de instrumento conflitar com o teor da sentença, qual prevalecerá para efeitos do cabimento da ação rescisória? 2) A questão de ordem pública pode ser conhecida *ex officio* em sede de ação rescisória? E o que pode ser considerado questão de ordem pública? 3) A preclusão configuraria violação manifesta à norma jurídica para fins rescisórios? 4) Superado o dogma da prioridade, na teoria da asserção a questão de legitimidade gera improcedência, então se poderia admitir a ação rescisória com esse fundamento? 5) É cindível o julgamento do juízo rescindente e rescisório? Teriam natureza de decisões parciais?

Doravante, exploraremos essas e outras questões delas decorrentes.

16.1 AÇÃO RESCISÓRIA DE ACÓRDÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Aventemos a hipótese de cumulação de ações, em que parte do pedido sofreu o decreto de prescrição ou decadência no despacho saneador. Admita-se a impugnação perante o respectivo Tribunal por agravo de instrumento, sendo

confirmada a decisão, que restou irrecurável. O processo, na origem, continua sobre parcela dos pedidos imprescritos ou não alcançados pela decadência; ao final, sobrevém decisão de mérito que nada dispõe sobre aquela decisão inicial, que já se tornou definitiva no tempo. Nessa hipótese, seria cabível ação rescisória da decisão que julga agravo de instrumento? E mais, se a resposta for positiva, se a decisão do agravo de instrumento conflitar com o teor da sentença, qual prevalecerá para efeitos do cabimento da ação rescisória?

É claro que cabe a ação rescisória contra a decisão de mérito, mesmo obtida na forma interlocutória. O próprio *caput* do art. 966 do CPC/2015 menciona que será rescindível a “decisão de mérito”.¹ Se não houvesse cumulação de ações, a decisão seria proferida em sentença. A mera cumulação de ações não pode desviar a natureza do conteúdo decisório de mérito, típico de sentença.

Assim, não incide qualquer óbice em face da dicção do art. 966 do CPC/2015, pois a decisão, nesses moldes, afeiçoa-se ao conteúdo de sentenças. Seu mérito é capaz de alcançar o trânsito em julgado material.²

Frise-se que a decisão deve ser de mérito, não pode atingir apenas efeitos processuais. Assim, se a pretensão for de rescisão de acórdãos proferidos em agravos de instrumento nos quais o Tribunal manteve as decisões monocráticas, por exemplo, de indeferimento do benefício da assistência judiciária gratuita, então não haverá decisão de mérito a ensejar a ação rescisória. Exceto se, apesar de a decisão não analisar o mérito, impeça a nova propositura da demanda ou o conhecimento do recurso respectivo (art. 966, § 2º), como, por exemplo, no caso de

¹ As decisões de mérito abrangem as chamadas decisões interlocutórias que, embora não coloquem fim à demanda (pois não solucionam todas as questões do processo), resolvem parcela do mérito. No Código de Processo Civil de 2015, o art. 356 contém a previsibilidade de tais decisões. No mesmo sentido, esta ementa: “Apelação Cível. Decisão parcial de mérito. Julgamento de apenas parte dos pedidos. Recurso cabível. Agravo de Instrumento. O recurso cabível para atacar decisão parcial de mérito é o agravo de instrumento, conforme previsão expressa do art. 356, § 5º, do NCPC. Inexistindo dúvida objetiva quanto ao recurso a ser manejado, mostra-se inviável a incidência do princípio da fungibilidade. Apelo não conhecido. Unânime.” (TJRS – AC 70077820132 RS, Rel. Dilso Domingos Pereira, julgado em 13.06.2018, Vigésima Câmara Cível, *Diário da Justiça*, 25.06.2018).

² “Cabe ação rescisória para desconstituir decisão definitiva de mérito transitada em julgado (art. 966, CPC). O que interessa para saber se cabe ou não ação rescisória nessa hipótese é que o ato judicial tenha se pronunciado de maneira definitiva sobre o mérito. Nesse sentido, a ação rescisória pode ter por objeto sentença de mérito ou decisão interlocutória definitiva de mérito. Essa decisão tem que ter transitado em julgado.” (MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Código de Processo Civil comentado*, 2016, p. 1021).

reconhecimento equivocado de litispendência, coisa julgada e errôneo não conhecimento do recurso de apelação, fundamentado em suposta deserção.

Neste último caso, “o não conhecimento equivocado do recurso impede a rediscussão do mérito da causa”.³ O inciso II do § 2º do art. 966 acaba sendo um reflexo da hipótese contida no inciso I do mesmo parágrafo.

Logo, “sempre que ação rescisória for ajuizada e julgada, o fato de tratar-se de acórdão proferido em agravo de instrumento não deve ser suficiente para, *in limine*, afastar sua viabilidade, devendo ser perscrutado o conteúdo da decisão originária, para verificar se contém, ou não, autêntica matéria de mérito, que caiu sob a égide da coisa julgada material, tornando-se normalmente imutável, pelos efeitos jurídicos gerados para as partes, para terceiros e para o Poder Judiciário. Se somente a ação rescisória se tornou o único meio processual possível para obstar os malefícios decorrentes de um dos vícios, no mínimo, arrolados pelo Código de Processo Civil, que justificam o remédio extremo, em nome do próprio contexto básico da ordem social e jurídica, mesmo derruindo a coisa julgada formada, então a ação deverá ser admitida ou conhecida”.⁴

Observe que nem mesmo o exercício do agravo será exigido, apenas que seja uma decisão de mérito apta ao trânsito em julgado material. Não importa que seja atacável por agravo de instrumento ou por outro meio impugnativo, o que importa é o conteúdo afeito à coisa julgada material.⁵

Em conclusão, a decisão formalmente interlocutória pode ser rescindida,⁶ fluindo o prazo do seu trânsito em julgado material para efeitos rescisórios, ou

³ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Código de Processo Civil comentado*, 2016, p. 1021.

⁴ LIMA, Alcides de Mendonça. Ação rescisória contra acórdão em agravo de instrumento. *Doutrinas Essenciais de Processo Civil*, São Paulo: RT, v. 7, out. 2011. p. 1184.

⁵ Vale a lição de que “não importa se ato decisório era atacável por apelação ou por agravo, se foi decisão singular ou coletiva, nem se ocorreu em instância originária ou recursal. Se se enfrentou matéria de mérito (como, *v.g.*, o saneador que decreta prescrição parcial da dívida ajuizada, ou que nega o direito de evicção contra o denunciado à lide), mesmo sob a forma de decisão incidental, terá havido, para efeito da ação rescisória, sentença de mérito. Sob esse enfoque, o Supremo Tribunal federal decidiu que “é cabível ação rescisória contra despacho do relator que, no STF, nega seguimento a agravo de instrumento, apreciando o mérito da causa discutido no recurso extraordinário”. (THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. 50. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. v. I. p. 695 e 697).

⁶ “É perfeitamente possível o cabimento da ação rescisória contra acórdãos (e, aliás, pode-se mesmo arriscar dizer que é mais frequente a utilização da ação rescisória contra acórdãos que contra sentenças). E também contra decisões interlocutórias é cabível a ação rescisória, desde

seja, contados a partir da última decisão no processo, e, assim, a questão preclusa pode ser reavivada na ação rescisória.⁷

16.2 JULGAMENTO DE QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA *EX OFFICIO* EM AÇÃO RESCISÓRIA

O que vem a ser questão de ordem pública para efeitos de conhecimento *ex officio*? A questão de ordem pública pode ser conhecida *ex officio* em sede de ação rescisória?⁸

É claro que o tema suscita indagações no campo da preclusão, mas, conforme o que já tratamos em tópicos anteriores a este escrito, concluímos que não autoriza a ação rescisória por manifesta violação à norma jurídica a nulidade guardada ou hibernada, ainda que possa ser nomeada de matéria de ordem pública. Na verdade, não se trata de matéria que tenha a relevância de ordem pública, haja vista que a parte que guardar ou hibernar o fato assume o risco e sorte da decisão, não se configurando a nulidade, e sim anulabilidade, que, em não tendo sido denunciada em seu tempo e modo, acabou por se convalidar.

Note-se que não é inteiramente verdade que uma matéria típica de nulidade não possa se convalidar. A mesma matéria pode ser lida como de anulabilidade, a depender do contexto em que lançada. A nulidade guardada ou hibernada é um desses fatos que fazem transmutar um fato que, em tese, seria nulo para o campo da anulabilidade.

Assim, muito embora não se exija o prequestionamento⁹ no processo de origem, porque a ação rescisória não tem por fim a garantia da uniformidade inter-

que esse provimento verse sobre o *meritum causae*.” (CÂMARA, Alexandre Freitas. *Ação rescisória*, 2. ed., 2012, p. 37). Vale a ressalta de que, de acordo com o § 2º do art. 966 do CPC/2015, nas hipóteses em que a decisão não analise o mérito, mas impeça a nova propositura da demanda ou a admissibilidade do recurso correspondente, será cabível a ação rescisória.

⁷ Assim, quanto ao art. 485 do CPC, é um erro pressupor que apenas a sentença final pode ser rescindida, pois “o conceito tanto apanha o ato judicial sentencial quanto o ato judicial não sentencial”. (PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado da ação rescisória das sentenças e de outras decisões*, 5. ed., 1976, p. 460). Corresponde ao art. 485 do CPC/1973 o art. 966 do CPC/2015, cuja redação inclui o termo “decisão de mérito”, abrangendo tanto as sentenças quanto as decisões interlocutórias.

⁸ PISANI, Andrea Proto. Pubblico e privato nel processo civile. *Revista de Processo*, São Paulo: RT, v. 37, n. 207, p. 281-302, maio 2012. p. 290.

⁹ É importante registrar que a ação rescisória não está sujeita a requisito de prequestionamento, instituto exclusivo dos recursos para as instâncias extraordinárias (Especial e Extraordinário). Assim, nada impede, portanto, que a ação rescisória seja fundada em ofensa a disposição

pretativa do direito objetivo, a questão de ordem pública cognoscível *ex officio* é somente aquela que mantenha a sua natureza de nulidade absoluta. A nulidade relativa não enseja relevância de ordem pública na ação rescisória.

Resta, então, definir o que vem a ser questão de ordem pública.

Questão de ordem pública é aquela que interfere na ordem coletiva, direta ou indiretamente, revelando-se somente na questão capaz de gerar o decreto de nulidade do ato, justamente porque emana efeitos que extrapolam a esfera do direito das partes. Sendo questão de ordem pública, haverá que ser conhecida *ex officio*, mesmo em sede de ação rescisória.

Note-se que as questões de ordem pública cognoscíveis *ex officio* não podem se sobrepor à esfera de liberdade de contratação e pactuação entre as partes. Também, para caracterização da ordem pública, não poderá a questão depender de dilação probatória para sua verificação. Frise-se que, se o fato depender de produção de provas para a análise da questão, então não se poderá falar em questão de ordem pública para efeitos de conhecimento *ex officio*. A dilação probatória afasta essa possibilidade.

Assim, são exemplos de matéria de ordem pública cognoscíveis *ex officio*: questões relativas aos pressupostos processuais, como infringência às regras de competência absoluta (por exemplo, art. 64, § 1º, do CPC/2015 e art. 97 da CF, reserva de plenário para julgar a lei inconstitucional),¹⁰ causas de suspensão

normativa que não tenha sido considerada pela sentença rescindenda. Quanto a isso, há firme orientação dessas duas Cortes (STF – AgRg no RE n. 444.810/DF, 1ª Turma, Ministro Eros Grau, DJ 22.04.2005, e EAR n. 732/RJ, Pleno, Ministro Soares Muñoz, DJ 09.05.1980; STJ – AR 1.910/DF, 3ª Seção, Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJ 04.09.2006). Conforme ficou assentado, “o prequestionamento não pode ser erigido a requisito de admissibilidade da ação rescisória fulcrada no art. 485, V, do CPC (violação a ‘literal disposição de lei’), seja em face da ausência de previsão legal, como da própria natureza jurídica do instituto. Ademais, consoante analisado pelo insuperável Pontes de Miranda, a afronta a disposição legal pelo aresto rescindendo pode verificar-se ‘até por omissão’, pela não consideração sequer de dispositivo aduzido pela parte e capaz de influenciar no resultado do julgamento”. (REsp 741.753/RS, Rel. Ministro Jorge Scartezzini, 4ª Turma, DJ 07.08.2006). Corresponde ao art. 485, inciso V, do CPC/1973 o art. 966, inciso V, do CPC/2015. Houve alteração na redação de tal inciso, alterando-se o termo “literal disposição de lei” por “norma jurídica”, que possui conceito mais amplo (abrange as leis e os princípios gerais do direito).

¹⁰ “Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, art. 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.” (STF – Súmula Vinculante 10, aprovação em Sessão Plenária de 18.06.2008, DJe 117 27.06.2008. p. 1).

automática do processo (arts. 104, § 2º, e 313, § 1º, do CPC/2015), incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização, inépcia da petição inicial, inexistência ou nulidade da citação e a retificação do valor da causa rescisória, intempestividade na interposição recursal,¹¹ falta de pressuposto específico para propositura da ação (por exemplo, ausência de caução para cobrança de prestação por credor estrangeiro; decisão de mérito transitada em julgado para propositura da ação rescisória; requisitos dos títulos executivos extrajudiciais – liquidez, certeza e exigibilidade);¹² benefício da justiça gratuita (Lei n. 1.060/50); questões relativas à conexão, perempção, litispendência, à própria coisa julgada¹³ e às condições da ação (hipóteses gerais de carência de ação);¹⁴ infringência da lei ou ato normativo; inconstitucionalidade; reconhecimento de prescrição (art. 487, inc. II, do CPC/2015) e decadência; até mesmo a tutela antecipada *ex officio* determinada com base na fungibilidade cautelar (art. 305, parágrafo único, do CPC/2015); bem como todas aquelas hipóteses de nulidade absoluta que se conformarem com o dispositivo do § 3º do art. 485, do § 5º do art. 337, ambos do CPC/2015, e do art. 169 do CC.

Todavia, nem todas essas possibilidades autorizam o julgamento *ex officio* em ação rescisória.

Observe-se que o dispositivo do § 3º do art. 485 CPC/2015, muito embora não seja dispositivo legal que se refira à ação rescisória, pode ser a ela aplicável, eis que a ação rescisória também comporta provimento de natureza cognitiva, desde que da aplicação resulte inteira compatibilidade com os objetivos da ação rescisória e seu rito especial.

¹¹ “Sendo a tempestividade do recurso matéria de ordem pública, que deveria ser examinada, de ofício, pelo Tribunal, é cabível o ajuizamento da ação rescisória, objetivando rescindir o julgado que conheceu de apelação intempestiva.” (TRF1 – AR 4.932/BA 2003.01.00.004932-4, Rel. Des. Fed. Daniel Paes Ribeiro, 3ª Seção, julgado em 27.01.2009, p. 09.03.2009, e-DJF1. p. 40.).

¹² “A questão do valor da causa é matéria de ordem pública cujo conhecimento pode se dar de ofício pelo juiz da causa (§ 3º, art. 267, CPC).” (TJMG – Agravo Regimental em Ação Rescisória 2.0000.00.426906-5/001(1)/MG, Rel. Eulina do Carmo Almeida, julgado em 17.02.2005, public. 05.03.2005).

¹³ SILVA, Adailson Lima. *Preclusão e coisa julgada*. São Paulo: Pillares, 2008. p. 154.

¹⁴ “É admitido o conhecimento de matéria de ordem pública, mesmo na ausência de prequestionamento, desde que a instância especial tenha sido aberta por outra questão. (...) 3. *In casu*, aplica-se o direito à espécie (Súmula 456/STF, por analogia), para reconhecer a falta de interesse de agir do desapropriado (ora ré) na ação indenizatória originária, tendo em conta que se trata de imóvel adquirido após a implementação da limitação administrativa. Ação rescisória procedente.” (AR 2.075/PR, Rel. Ministra Denise Arruda, Rel. p/ Acórdão Ministro Humberto Martins, 1ª Seção, julgado em 27.05.2009, *DJe* 23.09.2009).

Ainda, para ser reconhecida em sede rescisória, deverá restar superada a fase de admissão da ação. Superado o juízo de admissibilidade, na ação rescisória o Tribunal cumprirá julgar a causa e, assim fazendo, deverá aplicar o direito à espécie, o que inclui a autorização para julgar fora do que consta das alegações da parte, sem incorrer em julgamento *ultra, extra* ou *infra petita*, quando amparado em questão de ordem pública.¹⁵

Aqui não se pode falar em devolutividade vertical nem em efeito translativo, porque a ação rescisória não tem natureza recursal. É que o julgador, ao exercer o seu ofício de julgar a causa, acaba por se deparar com a questão da qual não se pode furtar a conhecê-la, sob pena de mal julgar a ação rescisória.

Portanto, é na fase rescisória ou na fase de re julgamento que se poderá cogitar do conhecimento de matéria de ordem pública *ex officio*. A ação rescisória inadmissível é igual à inexistente: não pode gerar nenhum efeito, nem mesmo o conhecimento de matéria de ordem pública.

16.3 INVIABILIDADE DA ALEGAÇÃO DE MATÉRIA OBJETO DE PRECLUSÃO TEMPORAL COMO FUNDAMENTO DE VIOLAÇÃO MANIFESTA À NORMA JURÍDICA PARA FINS RESCISÓRIOS

A preclusão pode gerar efeitos processuais irreversíveis, e, especialmente, importa seu estudo no âmbito da ação rescisória, se há influência em seu cabimento ou não.

Preliminarmente, importa definir o que vem a ser preclusão.

“A preclusão indica perda da faculdade processual, pelo seu não uso dentro do prazo peremptório previsto pela lei (preclusão temporal),¹⁶ ou, pelo fato de já havê-la exercido (preclusão consumativa), ou, ainda, pela prática de ato incompatível com aquele que se pretenda exercitar no processo (preclusão lógica).”¹⁷

¹⁵ Exegese adotada à similaridade do art. 257 do RISTJ e da Súmula 456 do STF.

¹⁶ “Não interposto recurso contra decisão interlocutória pelo requerente, não há como rediscutir a matéria ali decidida no recurso de apelação, pois em relação a ela operou-se a preclusão (art. 473 do CPC).” (TJMG – Apelação Cível 1.0394.10.001126-8/001, Rel. Des. Wagner Wilson, julgado em 21.02.2011, public. 03.12.2010). Corresponde ao art. 473 do CPC/1973 o art. 507 do CPC/2015.

¹⁷ NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil comentado e legislação extravagante*. 7. ed. São Paulo: RT, 2003. p. 809.

Assim, se a parte perder a faculdade de alegar oportunamente uma matéria essencial ao julgamento (preclusão temporal), não a suscitando a seu tempo e modo adequado,¹⁸ não sendo matéria de ordem pública, essa circunstância impedirá que o juiz possa redecidir questões preclusas, então não poderá a parte utilizar a matéria preclusa como fundamento da ação rescisória.¹⁹

Quanto à matéria de ordem pública, por se inserir no campo das nulidades absolutas, nela não há incidência da preclusão, ainda que tenha aparência da ocorrência de preclusão temporal pela não alegação oportuna, podendo ser suscitada a qualquer tempo e grau de jurisdição (art. 485, § 3º, do CPC/2015). Se perdidos todos os prazos, preenchendo os demais requisitos rescisórios, caberá suscitá-la na ação rescisória com o fito de rescindir a sentença de mérito.²⁰

Veja-se, por exemplo, o cabimento da ação rescisória com base no art. 966, inciso II, do CPC/2015. O conhecimento da matéria preclusa pode inquinar em nulidade do julgado rescindendo e então atender ao pressuposto básico do cabimento da ação rescisória. A incompetência relativa, arguível como questão preliminar em contestação (art. 64 do CPC/2015), não se sujeita à rescisória, até porque a competência relativa, ao contrário da absoluta, é prorrogável (art. 65 do CPC/2015). A incompetência absoluta, no entanto, é improrrogável, “deve ser declarada de ofício e pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, independentemente de

¹⁸ “É verdade – e não se nega – que a jurisprudência do STJ entende que o pedido de reconsideração não suspende nem interrompe o prazo para a interposição de recurso, que deve ser contado a partir do ato decisório que provocou o gravame. Em consequência, inexistindo a interposição do recurso cabível no prazo prescrito em lei, torna-se preclusa a matéria, extinguindo-se o direito da parte de impugnar o ato decisório.” (STJ – REsp 1.281.844/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, 2ª Turma, julgado em 01.12.2011, *DJe* 09.12.2011). “É tardio, por conseguinte, o recurso processual interposto após o indeferimento do pedido de reconsideração, quando o inconformismo versa sobre a matéria solucionada na primeira decisão, que é o verdadeiro alvo do recurso.” (SOUZA, Bernardo Pimentel. *Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 132).

¹⁹ Em suma, a preclusão poderá ocorrer por omissão da parte na alegação ou pela suscitação da questão e seu julgamento interlocutório (coisa julgada formal). Qualquer dessas hipóteses terá o condão de operar a sua imutabilidade dentro do mesmo processo em que ocorreu. O art. 508 do CPC/2015 é especialmente funcional para se entender sobre eficácia preclusiva da coisa julgada, *in verbis*: “Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido”.

²⁰ Nesse sentido, “a ação rescisória é cabível de decisão transitada em julgado, não importando se todos os recursos cabíveis foram utilizados ou se ocorreu preclusão temporal”. (TRF2 – Ação Rescisória RJ 2010.02.01.000453-2, 1ª Seção Especializada, Rel. Des. Federal André Fontes, julgado em 31.03.2011, public. E-DJF2R, 07.04.2011. p. 57).

exceção” (art. 64, § 1º, do CPC/2015). A sentença produzida com vício de incompetência absoluta não deixa de ser um caso particular de violação manifesta à norma jurídica. Todavia, se for matéria de ordem pública, não incide a preclusão.

O mesmo se diga se o réu deixou de falar em prescrição ou decadência, podendo suscitar a ação rescisória com base no art. 966, inciso V, do CPC/2015, pois, se ocorrente qualquer delas, haverá violação manifesta à norma jurídica.

Em verdade, a eficácia preclusiva a que se refere o art. 508 do CPC/2015 recai sobre os fundamentos possíveis da decisão, no âmbito privado e disponível das partes; então se reputam repelidas as alegações feitas e as que poderiam ter sido feitas.²¹ A questão preclusa, nesses moldes, não configura violação à norma jurídica para fins rescisórios. Antes, a decisão se conforma com a própria lei. Assim, também os fundamentos repelidos pelo art. 508 do CPC/2015 funcionam como se deduzidos fossem no processo, e, uma vez atingidos pela preclusão, não cabe ação rescisória.²²

A violação à norma jurídica pressupõe a ocorrência de interpretação de tal modo absurda,²³⁻²⁴ fora do sistema de referência do direito positivo, que ofenda o dispositivo em sua exatidão linguística.²⁵

²¹ “A coisa julgada sana qualquer defeito e nulidade que pudesse existir no processo, sendo que, com a sua formação, qualquer alegação que o réu pudesse ter apresentado à pretensão do autor não poderá mais ser trazida à apreciação do Judiciário (art. 474 do CPC). As exceções a tais assertivas ficam por conta dos casos de ação rescisória (art. 485 do CPC), das situações de inexistência processual (*querela nullitatis*) e das hipóteses arroladas no art. 475-L.” (MARI-NONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Curso de processo civil*. São Paulo: RT, 2007. v. 3: Execução. p. 292). Correspondem aos arts. 474, 485 e 475-L do CPC/1973, respectivamente, os arts. 508, 966 e 525, § 1º, do CPC/2015.

²² “Pretensão de rescisão de acórdão por ofensa à coisa julgada e por violação de literal disposição de lei, com fundamento nos incisos IV e V do art. 485 do Código de Processo Civil. Não configuração de coisa julgada, considerando que, quanto à fundamentação e quanto aos fatos sobre os quais se fundou a decisão, não se opera a coisa julgada material, mas tão somente a preclusão, que não autoriza a rescindibilidade do julgado. Pedidos julgados improcedentes.” (AR 3.630/RS, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, 2ª Seção, julgado em 09.02.2011, DJe 28.04.2011). Correspondem aos incisos V e V do art. 485 do CPC/1973 os incisos IV e V do art. 966 do CPC/2015.

²³ Do latim *absurdum*, “em geral, significa aquilo que não encontra lugar no sistema de crenças a que se faz referência ou que se opõe a alguma dessas crenças”. (ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Tradução, coordenação e revisão da 1. ed. brasileira de Alfredo Bosi. Revisão e tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 6).

²⁴ No mesmo sentido: “Mas caberá a ação rescisória, se a decisão não der ao texto de lei interpretação razoável, isto é, der uma interpretação que absolutamente não se conforma com o texto literal de lei ou com o seu espírito. Nesse sentido, já foi decidido: ‘O que o art. 485, V, do CPC,

Essa é a definição de violação manifesta à norma jurídica para cabimento da ação rescisória, e, por seu traço característico na apreciação aberrante, já é possível verificar que não ocorre a tal violação na hipótese de preclusão temporal, porque nesta o julgador não terá apreciado a matéria. Por fim, com relação aos fatos e aos fundamentos, não se opera a coisa julgada material, mas apenas a preclusão, que, por si só, não autoriza a rescindibilidade do julgado. Essa conclusão é decorrência lógica do art. 508 do CPC/2015.²⁶

(atual art. 966, V) reclama para a procedência da rescisória é que o julgado rescindendo, ao aplicar determinada norma na decisão da causa (portanto, ao fazer incidir sobre o litígio norma legal escrita), tenha violado seu sentido, seu propósito: sentido e propósito que, como não pode deixar de ser, admitem e até mesmo impõem variada compreensão do conteúdo do imperativo legal, ao longo do tempo e ao sabor de circunstâncias diversas da ordem social, que a jurisprudência não pode simplesmente ignorar ou mesmo negligenciar' (*RSTJ* 27/247)." (GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. *Direito processual civil esquematizado*, p. 562).

²⁵ Conforme o entendimento proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, "não há como analisar tema suscitado que não foi abordado pelo acórdão rescindendo, sobretudo se a matéria ficou preclusa na origem". (STJ – AR 2.029/SE, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, 3ª Seção, julgado em 12.11.2008, *DJe* 03.12.2008). Ainda, como exemplo, "é inviável o exame da legitimidade passiva da União, tema não suscitado no acórdão rescindendo, mormente quando a matéria restou preclusa no processo original, sem impugnação em tempo oportuno". (STJ – AgRg no REsp 848.776/DF, 5ª Turma, Ministra Laurita Vaz, *DJe* 21.09.2009). "Para que a ação rescisória fundada no art. 485, V, do CPC, prospere, é necessário que a interpretação dada pelo *decisum rescindendo* seja de tal modo aberrante que viole o dispositivo legal em sua literalidade. Se, ao contrário, o acórdão rescindendo elege uma dentre as interpretações cabíveis, ainda que não seja a melhor, a ação rescisória não merece vingar, sob pena de tornar-se 'recurso' ordinário com prazo de interposição de dois anos." (AR 464/RJ, 2ª Seção, Rel. Ministro Barros Monteiro, *DJ* 19.12.2003). No mesmo sentido: STJ – AR 3.601/MS, 3ª Seção, Ministro Felix Fischer, *DJe* 06.04.2010. Corresponde ao inciso V do art. 485 do CPC/1973 o inciso V do art. 966 do CPC/2015.

²⁶ Fixada a premissa de que somente a parte dispositiva da decisão tem o condão de fazer coisa julgada, então a fundamentação e a verdade dos fatos estabelecida como pressuposto para o julgamento, embora configurem elementos imprescindíveis da decisão, não transitam em julgado, nos termos do que dispõe o art. 469 do CPC. Assim, muito menos poderá fazer coisa julgada aquele fundamento precluso, não apreciado, o que não poderá dar ensejo à ação rescisória. Em Pontes de Miranda colhe-se o seguinte: "Na ação rescisória há julgamento de julgamento. É, pois, processo sobre outro processo. Nela, e por ela, não se examina o direito de alguém, mas a sentença passada em julgado, a prestação jurisdicional, não apenas apresentada (seria recurso), mas já entregue. É remédio jurídico processual autônomo. O seu objeto é a própria sentença rescindenda – porque ataca a coisa julgada formal de tal sentença: a sentença *lata et data*". (PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado da ação rescisória: das sentenças e de outras decisões*. Rio de Janeiro: Forense, 1964. p. 120). Corresponde ao art. 469 do CPC/1973 o art. 504 do CPC/2015.

16.3.1 Preclusão por nulidade guardada ou nulidade hibernada e inviabilidade da rescisão com fundamento na violação manifesta à norma jurídica

Todavia, e se a parte não vir a alegar a nulidade em primeira instância, deixando para denunciá-la depois de confirmada a sucumbência em apelação, em sede, por exemplo, de embargos de declaração? Por óbvio que os embargos de declaração poderão ser improvidos ante a preclusão, não sendo o caso de atribuir-se o efeito translativo ou modificativo do julgado. A preclusão se opera justamente porque não alegada em primeira oportunidade a matéria relativa à nulidade. Então, caberá ação rescisória da decisão de mérito, com fundamento na matéria preclusa? Por óbvio, trata-se de nulidade guardada. Analisemos a hipótese.

A ação rescisória, proposta nesses moldes, será improcedente.²⁷

Avente-se a hipótese de que a sentença de primeira instância tenha sido publicada sem a devida intimação da parte, porque veiculada com nítido erro no prenome do advogado. E, para esta parte, houve sucumbência mínima. A parte contrária interpôs apelação, que foi recebida, mas as contrarrazões não vieram aos autos nem foi utilizada a oportunidade do recurso adesivo, tendo em vista que a intimação novamente se processou com erro na publicação. O erro somente fora corrigido no Tribunal, quando o processo deu entrada; o nome do advogado passou a ser publicado corretamente, inclusive a derradeira intimação para a sessão de julgamento. A nulidade transcorreu *in albis*, sem que tivesse a parte, por seu advogado, reclamado na primeira oportunidade, vindo a fazê-lo somente após o julgamento da apelação, máxime quando se deram conta do resultado desfavorável com o provimento da apelação interposta pelo *ex adverso*. Acrescente-se que, no caso aventado, somente no curso do prazo para a interposição de recurso especial é que veio a parte formular

²⁷ Nesse sentido é o seguinte julgado, cuja ementa se transcreve: “Ação rescisória – Acórdão – Violação de literal disposição de lei – Não caracterização – Nulidade que deveria ser arguida na primeira oportunidade – Preclusão – Ocorrência – Inteligência do art. 245 do Código de Processo Civil – Utilização de rescisória como sucedâneo de recurso especial – Inadmissibilidade – Jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça – Ação improcedente”. (TJSP – Ação Rescisória 0001.314-50.2001.8.26.0000, Rel. Marino Emílio Falcão Lopes, 3º Grupo de Direito Privado, julgado em 14.05.2003, registro 30.05.2003). Corresponde ao art. 245 do CPC/1973 o art. 278 do CPC/2015. Atualmente, o inciso V do art. 966 do CPC abrange a hipótese de rescisão por violação manifesta à norma jurídica, conceito mais amplo do que o contido no antigo código (violação a literal disposição de lei).

petição arguindo a nulidade do feito. A pretensão foi indeferida por despacho monocrático, com fundamento na preclusão. Nesse caso hipotético, caberia a ação rescisória contra a sentença de mérito, com fundamento na nulidade acobertada pela preclusão? Ou ainda, em caso similar, mas que a parte não tenha denunciado a nulidade no processo de origem, cabe ação rescisória contra a sentença de mérito transitada em julgado, com fundamento na preclusão não alegada?²⁸

Em verdade, a alegação ou não da nulidade, matéria preclusa, não interfere no resultado da análise. Ambas as hipóteses apontam para a mesma solução.

Primeiramente resta esclarecer que é no recurso que deve ser suscitada a negativa de vigência de dispositivo da lei processual, que exige, sob pena de nulidade, que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, satisfatórias para sua identificação.

A ação rescisória não serve como sucedâneo recursal do agravo, dos embargos de declaração, ou mesmo do recurso especial, razão pela qual não se aplica o efeito translativo dos recursos. Vedado, portanto, fora das hipóteses de cabimento da ação rescisória, conhecer até mesmo matéria de ordem pública. Por outras palavras, a ação rescisória não pode se transformar em mero recurso, com benefício do prazo dilatado de dois anos para sua interposição.²⁹

Em sequência, verifica-se que a nulidade guardada ou nulidade hibernada contraria o texto expresso do art. 278 do CPC/2015, posto que a nulidade deve ser denunciada nos autos na primeira oportunidade em que puder a parte se manifestar, caso contrário operar-se-á a preclusão, não podendo mais se valer do argumento.

16.4 TEORIA DA ASSERTÇÃO, CONDIÇÕES DA AÇÃO E CABIMENTO DA RESCISÓRIA

Todo agir envolve relação intersubjetiva em torno de um tema, visando à produção de um resultado. Juridicamente, na ação se faz a formulação de uma pretensão a um bem em relação a outrem, pela tutela do Estado. Por sua vez, a

²⁸ “A intimação não pode ser guardada como nulidade de algibeira, a ser utilizada quando a parte bem entender.” (STJ – REsp 1.200.198/PB, Decisão Monocrática 2010/0121200-7, 2ª Turma, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, julgado em 14.02.2011).

²⁹ Anote-se o seguinte precedente: “Ação rescisória. Manejo injustificado. Sucadâneo recursal. Agravo regimental improvido”. (AgRg no AREsp 1.360/DF, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, 2ª Turma, julgado em 21.06.2012, DJe 01.08.2012).

ação é um direito (ou poder) público e subjetivo de qualquer pessoa provocar o exercício da atividade jurisdicional do Estado e, sob viés neoprocessualista, conforta-se em um direito fundamental a uma jurisdição efetiva (decorre do inciso XXXV do art. 5º da CF), ou seja, tempestiva, segura e eficaz no plano material.³⁰⁻³¹

A ação rescisória não foge disso, pois contém o direito a uma sentença de mérito, condicionado ao preenchimento das condições da ação – interesse e legitimidade (Liebman). Esse pensamento sistematizado pela teoria eclética (na falta de uma das condições da ação, inexistente a ação e a própria jurisdição) foi o adotado em 1973, pelo CPC (arts. 3º e 267, VI), e mantido pelo CPC de 2015 (arts. 17 e 485, VI). Por ela se entende que o direito público, subjetivo, de provocar a atuação da jurisdição, para que se possa obter o julgamento sobre o mérito da lide, pressupõe o preenchimento das condições da ação. A ausência de qualquer das condições da ação impede o juiz de apreciar o mérito da causa.³²

³⁰ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Código de Processo Civil comentado*, p. 171.

³¹ Nota-se, do trecho a seguir, que o direito de ação não é apenas exercido no momento em que a parte ajuíza a demanda ou a contrária exhibe sua primeira peça de defesa, mas sim nos atos subsequentes praticados ao longo do processo. Também é perceptível que na relação processual, o direito de ação é exercido tanto pelo autor como pelo réu. Veja: “(...) precisa ficar claro que o direito de ação não se esgota no momento em que a parte pratica seu primeiro ato destinado a postular tutela jurisdicional (seja a petição inicial ou o primeiro ato de defesa). Exerce-se o direito de ação ao longo de todo o processo, através da prática de atos (como produzir prova ou interpor recursos) destinados a influir na formação do resultado do processo, buscando influir na construção de um resultado favorável ao que tenha praticado.” (CÂMARA, Alexandre Farias. *O novo processo civil brasileiro*, p. 37).

³² O estudo da ação é de suma importância para o processo, pois sobre a ação “está construído todo o sistema do processo” (LIEBMAN, Enrico Tullio. *Manual de direito processual civil*. Tradução de Cândido Rangel Dinamarco. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983. p. 244). Por sua vez, “as condições da ação são os requisitos de existência da ação, devendo por isso ser objeto de investigação no processo, preliminarmente ao exame do mérito (ainda que implicitamente, como se costuma ocorrer). Só se estiverem presentes essas condições é que se pode considerar existente a ação, surgindo para o juiz a necessidade de julgar sobre o pedido (*a demanda*) para acolhê-lo ou rejeitá-lo. Elas podem, por isso, ser definidas também como condições de admissibilidade do julgamento do pedido, ou seja como condições essenciais para o exercício da função jurisdicional com referência à situação concreta (*concreta fattispecie*) deduzida em juízo”. (LIEBMAN, Enrico Tulio. *Instituições de direito processual civil*. Campinas: Millenium, 2001. v. 2. p. 20).

Todavia, reconhecendo-se que as condições da ação se confundem com o próprio mérito da causa, se não for reconhecida sua ausência no início, na tentativa de explicar melhor o conceito de ação jurisdicional, mais recentemente foi desenvolvida a Teoria da Asserção (ou *teoria della prospettazione*), segundo a qual a ação é o direito à composição do litígio pelo Estado, e as condições da ação são verificáveis até o saneamento, segundo as afirmações do autor na inicial e respectivos documentos com ela juntados (*in status assertionis*).

Em outros termos, à luz da Teoria da Asserção, os pressupostos processuais e as condições da ação devem ser auferidos levando-se em conta o asseverado na inicial, considerando hipoteticamente verdadeiras as alegações expostas, ou seja, sem valoração sobre a procedência. Indaga-se se a provocação seria útil, adequada e necessária à reparação do mal aventado (ou seja, se haveria interesse processual); se, nestes termos, a parte autoria seria a legítima para pleitear a reparação e, ainda, se neste contexto, para que houvesse a satisfação da pretensão, a postulação deveria ser dirigida em face da parte contra a qual a demanda foi proposta. Em sendo o caso de sobrevir uma resposta negativa para algum destes questionamentos, haverá carência de ação.

No entanto, se, após a apresentação de defesa pela parte contrária, incerteza surgir acerca da veracidade do alegado pelo autor, a produção de provas far-se-á necessária.³³ Neste caso, o reconhecimento da ausência de uma das condições da ação, após a dilação probatória, gera improcedência da ação. Por outras palavras, após a instrução, a análise sempre será de mérito. Nesse pensamento, quando for adotada a teoria da asserção na decisão de mérito do processo de origem, o resultado será a improcedência da ação, não pela falta de interesse de agir do autor ou pela ilegitimidade de parte, mas porque verificado no

³³ O cerne da questão está em saber se as condições da ação são verificadas pelas alegações do autor na exordial (*in status assertionis*) ou se, para enfrentá-las, o caso comporta dilação probatória do que foi alegado. Assim, a doutrina já advertia que “deve o juiz, aceitando provisoriamente as afirmações feitas pelo autor – *sivera sint exposita* – apreciar preliminarmente a existência das condições da ação, julgando, na ausência de uma delas, o autor carecedor da ação; só em seguida apreciará o mérito principal, isto é, a procedência ou improcedência da ação. (...) todo problema, quer de interesse processual, quer de *legitimação ad causam*, deve ser proposto e resolvido, admitindo-se, provisoriamente e em via hipotética, que as afirmações do autor sejam verdadeiras; só nesta base é que se pode discutir e resolver a questão pura da legitimação ou do interesse. Quer isto dizer que, se da constatação do réu surge a dúvida sobre a veracidade das afirmações feitas pelo autor e é necessário fazer-se uma instrução, já é um problema de mérito”. (WATANABE, Kazuo. *Da cognição no processo civil*. São Paulo: RT, 1987. p. 121).

conjunto probatório e na subsunção da legislação aplicável de que o autor não é titular do direito material afirmado. Essa é a afirmação que constará no dispositivo da decisão de mérito.³⁴

Com a aplicação da Teoria da Asserção, haverá enfrentamento do mérito, e o sentenciamento invariavelmente será com base no acolhimento ou rejeição do pedido do autor, na forma do art. 487, inciso I, do CPC/2015. Então, se preenchidos os demais requisitos e pressupostos, seria cabível a ação rescisória da sentença produzida nesses moldes? Por exemplo, uma vez que a sentença teria sido de mérito, na esteira da Teoria da Asserção, poder-se-ia admitir a ação rescisória com fundamento no preenchimento das condições da ação para rescindir a sentença que reconheceu que o autor não é titular do direito material afirmado?

A resposta é complexa, comportando uma análise mais apurada.

Sabe-se que, se a sentença tivesse sido exarada com base no art. 485, VI, do CPC/2015, não se faria coisa julgada material, porque tal hipótese se enquadra na modalidade de extinção da demanda sem resolução do mérito, não cabendo, portanto, a ação rescisória.

No entanto, o legislador, ao tratar da matéria no Código de Processo Civil de 2015, inovou, estabelecendo que, embora determinadas decisões não analisem o mérito da demanda, se for constatada a existência de algum dos vícios presentes no art. 966 e se houver a impossibilidade de a postulação ser reproposta ou o não conhecimento errôneo de recurso apresentado, será cabível o ajuizamento da ação rescisória.³⁵ É o que preleciona o art. 966, § 2º, incisos I e II, do CPC/2015.

³⁴ A aplicação da Teoria ou Concepção da Asserção ou *Prospettazione* possui oscilações no direito brasileiro, ora por sua admissão, ora por seu afastamento ante a adoção da Teoria Eclética de Liebman (ante a ausência de uma das condições da ação, inexistente a ação e não se pode acessar a própria jurisdição). Assim, “não é pacífica, na doutrina, a questão pertinente à determinação da natureza jurídica das condições da ação. Há correntes que as assimilam ao próprio mérito da causa, de sorte que só haveria, concretamente, o binômio pressupostos processuais-mérito. Outras colocam as condições da ação numa situação intermediária entre os pressupostos processuais e o mérito da causa, formando um trinômio entre as três categorias do processo”. (THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. 41. ed., v. 1, p. 52).

³⁵ “Além de decisões de mérito transitadas em julgado, também pode ser objeto de ação rescisória aquelas decisões que, nada obstante não enfrentem o mérito da causa, impeçam a sua posterior discussão ou a sua rediscussão de maneira definitiva (art. 966, § 2º, CPC). A decisão que

Em consonância com a Teoria da Asserção, caberá a ação rescisória porque não se tratará, em realidade, de decisão formalmente terminativa, mas tipicamente definitiva, pois o autor não poderá repropor a demanda contra a mesma parte que já demandada no processo extinto. Nessa hipótese, uma vez preenchidos os demais requisitos, abre-se o cabimento da ação rescisória.³⁶

E, além disso, neste caso, a impossibilidade versa sobre o novo ajuizamento da mesma demanda, ou seja, nos exatos termos anteriormente propostos (partes, causa de pedir e pedido).³⁷⁻³⁸

Coerente é a inovação trazida pelo CPC de 2015. Imagine a seguinte situação: uma demanda que foi proposta devidamente é extinta sem resolução do mérito, estando maculada por algum dos vícios do art. 966. Esta postulação que, repita-se, está correta em sua essência, não pode ser reproposta de modo igual ao anteriormente ajuizado. Assim, como a questão da existência do vício rescisório

equivocadamente reconhece a existência de litispendência ou de coisa julgada, por exemplo, não constitui decisão de mérito, mas impede a sua discussão em processo posterior. Se determinado recurso é inadmitido, isto é, não conhecido, de forma equivocada, cabe ação rescisória para deconstituir a decisão que não o conheceu, posto que não se trate de decisão de mérito. Isso porque, nesse caso, o não conhecimento equivocado do recurso impede a rediscussão do mérito da causa – imaginando-se que o recurso inadmitido atacou decisão de mérito – ou mesmo a sua discussão – imaginando-se que o recurso inadmitido não atacou decisão de mérito. Em quaisquer desses casos, há decisão impeditiva, cujo óbice pode ser removido mediante a propositura de ação rescisória.” (MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Código de Processo Civil comentado*, p. 1021).

³⁶ Nesse sentido: “Segundo a teoria da asserção, as condições da ação são aferidas de acordo com os fatos descritos na petição inicial, os quais, em um juízo provisório, são considerados verdadeiros. Desse modo, se a parte autora afirma que a sentença/acórdão viola dispositivo de lei ou contém erro de fato, a ação rescisória é via adequada para rescindir o julgado”. (TJPR – Ação Rescisória 6.760.216/PR, 15ª Câmara Cível em Composição Integral, Rel. Luiz Carlos Gabardo, julgado em 18.04.2012).

³⁷ BUENO, Cassio Scarpinella. *Manual de direito processual civil*, p. 629.

³⁸ “Observa-se que quando a decisão terminativa é fundada na existência de preempção ou de coisa julgada (CPC/15, art. 485, V), não existe a possibilidade de nova propositura da demanda, já que o CPC/15, numa leitura *a contrario sensu* de seu art. 486, § 1º, pressupõe inviável a correção do vício em tais casos. Assim, não obstante terminativas, tais decisões seriam passíveis de impugnação por ação rescisória, tal como preceitua expressamente o inc. I do § 2º do art. 966 do CPC/15.” (MAZZEI, Rodrigo; GONÇALVES, Tiago Figueiredo. *Primeiras linhas sobre a disciplina da ação rescisória no CPC/2015*. In: DIDIER JR., Fredie (coord.); MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre. *Novo CPC – doutrina selecionada*, v. 6: processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais, p. 246-247).

é resolvida? Atualmente, há previsão legal (art. 966, § 2º) que autoriza a correção do vício com o ajuizamento da ação rescisória.³⁹

16.5 COMPETÊNCIA HÍBRIDA E CISÃO DO JULGAMENTO RESCINDENTE E RESCISÓRIO, ACOMPANHADA PELA RESPECTIVA ADMISSIBILIDADE

No feito com pedidos cumulados a sentença é una para efeitos do trânsito em julgado material e contagem do prazo para ação rescisória, e, por sua vez, os julgados de mérito parciais deverão ser lidos como se fossem um único julgado, após o trânsito em julgado, levando-se em conta todas as decisões em que se operou, ao final, o efeito material.⁴⁰ Em regra, na ação rescisória não se estará tratando de julgamento parcial de mérito, mas de capítulos de uma mesma sentença, pois a sentença é uma só, comportando integrações.⁴¹ Assim, em princípio, para efeitos do cabimento e da contagem do biênio decadencial, as ditas sentenças parciais

³⁹ “O § 2º do art. 966 do CPC elimina antiga discussão doutrinária, ao permitir, expressamente, ação rescisória contra decisão que não é de mérito, desde que tenha transitado em julgado. Acolheu-se antigo entendimento doutrinário e o último entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ainda sob a vigência do CPC-1973.” (DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Curso de direito processual civil*, 13. ed. reform., p. 424).

⁴⁰ “A coisa julgada material é a qualidade conferida por lei à sentença/acórdão que resolve todas as questões suscitadas pondo fim ao processo, extinguindo, pois, a lide. Sendo a ação una e indivisível, não há que se falar em fracionamento da sentença/acórdão, o que afasta a possibilidade do seu trânsito em julgado parcial. Consoante o disposto no art. 495 do CPC, o direito de propor a ação rescisória se extingue após o decurso de dois anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida na causa. Embargos de divergência improvidos.” (STJ – EREsp 404.777/DF, Rel. Ministro Fontes de Alencar, Rel. p/ Acórdão Ministro Francisco Peçanha Martins, Corte Especial, julgado em 03.12.2003, DJ 11.04.2005. p. 169). Corresponde ao art. 495 do CPC/1973 o art. 975 do CPC/2015.

⁴¹ Neste contexto: “(...) 2. A ação rescisória pode objetivar a anulação de apenas parte da sentença ou acórdão. A possibilidade de rescisão parcial decorre do fato de a sentença de mérito poder ser complexa, isto é, composta de vários capítulos, cada um contendo solução para questão autônoma frente às demais. 3. O fato das partes terem figurado em polos distintos na ação rescindenda não impede que sejam incluídas no polo passivo da ação rescisória. Isso porque existem relações jurídicas de direito material subjetivamente complexas, que envolvem três ou mais pessoas – e não apenas duas, uma no polo ativo e outra no polo passivo – ou que, mesmo envolvendo somente duas pessoas, podem projetar reflexos sobre outras relações, que a elas sejam conexas ou delas dependentes. (...)”. (STJ – REsp 863890 SC 2006/0142732-3, Rel. Ministra Nancy Andrighi, julgado em 17.02.2011, T3 – 3ª Turma, DJe 28.02.2011).

não têm aplicabilidade na ação rescisória, porquanto o prazo somente se iniciará do último julgado,⁴²⁻⁴³ seja ou não de mérito, quando se alcançará o trânsito em julgado material.⁴⁴

Todavia, existem casos em que as sentenças parciais de mérito interferirão no processamento e julgamento da ação rescisória, não quanto ao cabimento ou contagem do prazo para sua admissibilidade, mas sob a ótica da competência.

Assim, diante de decisão meritória composta por capítulos julgados em ór-gãos distintos, ante as regras da competência para julgamento da ação rescisória, por exemplo, seria cindível o julgamento do juízo rescindente e rescisório? Devem ser ajuizadas tantas ações rescisórias quantos forem os capítulos decididos em instâncias recursais diferentes ou poderá ser ajuizada uma única ação rescisória com cisão da competência para o julgamento? A natureza das decisões parciais seria reconhecida no processamento da ação rescisória para definição da compe-tência dúplice para seu processamento, permitindo-se cindir o julgamento de acordo com a competência de cada capítulo julgado?⁴⁵

⁴² “O prazo para ajuizamento da ação rescisória somente tem início com o trânsito em julgado material, ou seja, após o transcurso *in albis* do prazo para recorrer, mesmo que o último recurso interposto não tenha sido conhecido por intempestividade, exceto configuração de erro grosseiro ou má-fé. Precedentes: REsp 841.592/DF, Rel. Ministro Luiz Fux, *DJe* 25.05.2009; EREsp 441.252/CE, Rel. Ministro Gilson Dipp, Corte Especial, *DJ* 18.12.06; AgRg n. REsp 958.333/ES, Rel. Ministro Maria Thereza de Assis Moura, *DJ* 25.02.08.” (REsp 1.186.694/DF, Rel. Ministro Luiz Fux, 1ª Turma, julgado em 03.08.2010, *DJe* 17.08.2010).

⁴³ “A admissibilidade da ação rescisória está sempre condicionada à impossibilidade jurídica da interposição de recurso, o que geralmente ocorre com o término dos prazos recursais.” (SOUZA, Bernardo Pimentel. *Introdução aos recursos cíveis à ação rescisória*. Brasília: Brasília Jurídica, 2000. p. 369).

⁴⁴ Ademais, é cediço no STJ a “inexistência de trânsito em julgado por capítulos”. (STJ – REsp 639.233/DF, Rel. Ministro José Delgado, 1ª Turma, julgado em 06.12.2005, *DJ* 14.09.2006; REsp 453.476/GO, Rel. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, 3ª Turma, julgado em 01.09.2005, *DJ* 12.12.2005; e REsp 705.354/SP, Rel. Ministro Franciulli Netto, 2ª Turma, julgado em 08.03.2005, *DJ* 09.05.2005).

⁴⁵ Ainda, poder-se-ia formular a questão se essa cisão se daria quanto à causa de pedir, reunindo os pedidos em torno da mesma causa de pedir. Nesse sentido é a lição colhida nos Embargos de Divergência em REsp 404.777/DF (2003/0125495-8), processado perante o STJ, no voto preliminar do Exmo. Sr. Ministro Franciulli Netto, *in verbis*: “Na Itália, a sistemática é outra. No Brasil, transportamos, chamando de coisa material aquilo que Chiovenda chamou de coisa formal ou de preclusão. Entendo que, numa primeira etapa, só se poderia uniformizar embargos de divergência desde que, tanto a decisão embargada, como os paradigmas, fossem exatamente iguais, isto é, todos embasados em uma única causa de pedir, com vários pedidos. Se,

Esclareça-se, desde logo, é melhor o ajuizamento da ação rescisória para cada órgão competente, tantos quantos forem os capítulos da sentença resolvidos e reunidos pela competência dos respectivos órgãos julgadores.⁴⁶ Mas não haverá prejuízo de julgamento se ajuizada uma única ação rescisória, devendo-se observar a cisão do julgamento, efetuando os órgãos julgadores o julgamento de sua competência e seguindo-se a remessa do processo ao órgão judicante competente para as matérias remanescentes, até julgamento final.⁴⁷

posteriormente, tiver a oportunidade de decidir o mérito, lerei lições importantes, como a de Manoel Caetano Ferreira Filho, e outros, destrinchando exatamente o que é o direito de propor ação rescisória, do termo *a quo* para essa rescisória. Ora, numa ação em que o próprio autor escolheu, em uma mesma *causa petendi*, formular dois pedidos, como se pode dar rescisórias em momentos diferentes? Nada estava a empecer que o autor propusesse, com a mesma causa de pedir, apenas o pedido de danos emergentes, e que, noutra ação distinta, com a mesma causa de pedir, pedisse lucros cessantes. Ora, se ele reuniu uma mesma ação num mesmo processo, como cindir tal processo? Levanto a preliminar, sempre com muito respeito, mas, notadamente, chamando a atenção para as consequências que a tese poderá acarretar se aceita e, como magistrado já calejado pela vida, se ficar vencido, como sempre, perfilharei o mesmo entendimento. Por tais razões, arguo a preliminar de não conhecimento porque não cabe ação rescisória antes do trânsito em julgado material da sentença, que somente ocorre quando julgado o último recurso na causa”. (STJ – EREsp 404.777/DF, Corte Especial, Rel. p/ Acórdão Ministro Francisco Peçanha Martins, DJ 11.04.2005).

⁴⁶ Conquanto se incline por cabível a ação rescisória dos capítulos transitados em julgado, nesses moldes, a questão não é pacífica. Nesse sentido é valiosa a transposição dos conhecimentos sobre o vício de nulidade da sentença para o conhecimento da ação rescisória. Ora, é especialmente importante divisar, para aquele ponto, se a nulidade atinge toda a sentença ou se particulariza parte dela. Da mesma forma, na ação rescisória é possível separar os efeitos subjetivos e materiais da sentença de mérito. Nesse sentido, quanto ao vício de nulidade da sentença, a doutrina já advertia que “é objeto de controvérsia no direito francês a questão de saber se a *raquete* pode visar um dos pontos da sentença, sem infirmá-la toda. Weiss, referindo o assunto, concluiu pela sua admissibilidade contra um tópico da sentença, desde que seja distinto e separável do conjunto, e pela inadmissibilidade em caso contrário. Na primeira e segunda edição deste livro, negamos no nosso direito fosse possível decretar a nulidade parcial. Modificamos agora a opinião. Se a nulidade é formal, abrange toda a sentença. Mas se a sentença tem objetos divisíveis, uma parte pode afetar-se de nulidade, e outra não”. (AMERICANO, Jorge. *Estudo teórico e prático da ação rescisória dos julgados no direito brasileiro*, p. 72).

⁴⁷ Pela pluralidade de ações rescisórias nas respectivas instâncias competentes, confira-se: “A ação rescisória contra quem foi vitorioso nos pontos *a* e *b*, na primeira instância, com trânsito em julgado por se não haver recorrido, ou não se ter conhecido do recurso interposto, e nos pontos *c*, *d* e *e*, na superior instância, porque se conheceu do recurso e se confirmou ou se reformou a sentença em tais pontos, tem de ser proposta em duas ações, porque não é uma só a ação rescisória. Há tantas ações rescisórias quantas as decisões transitadas em julgado em diferentes juízes.

Assim, em aprofundamento importante, uma vez não conhecido o recurso especial em ação condenatória com mérito conhecido na instância ordinária, mas fixada, por exemplo, multa por litigância de má-fé e indenização pelo STJ ou STF, a competência da ação rescisória será híbrida.⁴⁸ Da sentença ou acórdão proferido pela instância comum, segue a competência do Tribunal Estadual ou Regional para a ação rescisória do mérito decidido naquele âmbito. Já a ação rescisória que visar atacar a multa e indenização por litigância de má-fé, nesta hipótese, atrairá a competência do STJ ou STF, ou seja, daquele que tenha proferido tal decisão. Como a sentença é una, o ajuizamento da ação rescisória poderá ser efetuado perante qualquer dos órgãos competentes – daí a competência híbrida –, cabendo ao primeiro órgão julgador que receber a ação rescisória processar normalmente a ação, sem, contudo, interferir, e se pronunciar quanto ao pedido

Pode-se dar, até, que os prazos preclusivos sejam dois ou mais, porque uma sentença transitou em julgado antes da outra, ou das outras. O prazo preclusivo para a rescisão da sentença que foi proferida, sem recurso, ou com decisão que dele não conheceu, começa com o trânsito em julgado de tal sentença irrecorrida. Se houve recurso quanto a algum ponto, ou alguns pontos, ou todos, tem-se de distinguir aquilo de que se conheceu e o de que não se conheceu. Há o prazo preclusivo a contar da coisa julgada naqueles pontos que foram julgados pela superior instância. A extensão da ação rescisória não é dada pelo pedido. É dada pela sentença em que se compõe o pressuposto da rescindibilidade. Se a mesma petição continha três pedidos e o trânsito em julgado, a respeito do julgamento de cada um, foi em três instâncias, há tantas ações rescisórias quantas as instâncias”. (PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado da ação rescisória das sentenças e de outras decisões*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1976. p. 353).

⁴⁸ Aqui destacamos um exemplo contendo direito material. Todavia, a doutrina também destaca cabimento rescisório com base em tese processual. Veja-se a esse respeito: “considerando as hipóteses em que o vício seja a causa determinante do não conhecimento do recurso, parece ser lícito fazer uma distinção, supondo, para fins de raciocínio, que a ação rescisória pudesse incluir, dentre outros fundamentos, o vício que causou o não conhecimento. Tratando-se de recurso de apelação não conhecido, a repercussão seria menos relevante, porque, de qualquer modo, a competência para a ação rescisória seria mesmo do tribunal local (estadual ou federal), quer para julgar a rescisória contra sentença, quer para julgar rescisória do acórdão proferido pelo tribunal. Contudo, se o não conhecimento do recurso estiver contido em julgamento do STF ou do STJ, admitir que o vício fosse alegado na rescisória significaria submeter a um tribunal inferior o julgamento de vício perpetrado por um tribunal superior, o que feriria o princípio segundo o qual o órgão competente para rescindir deve ser de hierarquia igual ou superior àquele que editou a decisão. Portanto, se o vício for a causa determinante do não conhecimento do recurso, então, será forçoso reconhecer que dele caberá ação rescisória, porque do contrário estar-se-ia limitando indevidamente o emprego da ação rescisória”. (YARSHELL, Flávio Luiz. *Ação rescisória – juízo rescindente e rescisório*, p. 168-169).

de competência do outro órgão julgador, sendo que, acabado o seu mister, com o acórdão parcial, deverá ser determinada a remessa do processo ao órgão que detenha a competência remanescente, para proferir o acórdão de sua competência. Essa é a solução para ação rescisória que vise rescindir sentença complexa, composta por pluralidade de acórdãos que resolvam pedidos diversos em instâncias diferentes, por exemplo, um pedido restando precluso e solucionado por acórdão no Tribunal Estadual e outro pedido resolvido por acórdão do STJ ou do STF. Nesse caso, serão produzidos dois acórdãos para a solução integral da ação rescisória, sendo que a decisão de admissibilidade de um órgão não interferirá na do outro.

Em outra hipótese, notadamente, em uma causa que tenha competência absoluta fixada na Justiça Estadual e, porventura, venha a ter seu mérito julgado perante a Justiça Federal, a competência sobre os juízos de admissibilidade parcial e rescindibilidade (*judicium rescindens*), próprios da ação rescisória, será do respectivo Tribunal Regional Federal.⁴⁹ E vice-versa, o mesmo raciocínio vale para aferir a competência do Tribunal Estadual. Todavia, a competência rescisória do Tribunal que proferiu a decisão de mérito, sob o manto da *res judicata*, é restrita ao pedido rescindente, uma vez que o pedido rescisório (*judicium*

⁴⁹ Nesse sentido, *vide* a seguinte ementa: “A jurisprudência deste Tribunal Superior é assente quanto à competência da Justiça Estadual para processar e julgar ação relativa a acidente de trabalho, estando abrangida nesse contexto tanto a lide que tem por objeto a concessão de benefício como também as relações daí decorrentes (restabelecimento, reajuste, cumulação), uma vez que o art. 109, I da CF não fez qualquer ressalva a este respeito. 2. No presente caso, contudo, os autos foram remetidos do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Jaú/SP para a Justiça Federal, em face da criação de Vara Federal em Jaú/SP. 3. Tendo o Juízo Federal da 1ª Vara de Jaú SJ/SP concordado com o recebimento dos autos, processado e julgado a demanda, tendo, inclusive, proferido sentença nos embargos à execução e determinado a expedição de precatório, impõe-se reconhecer que tal situação atraiu a competência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região para conhecer e julgar eventuais recursos interpostos. 4. Assim, não há que se falar que o Tribunal Regional Federal da 3ª Região não detinha competência para o julgamento da Ação Rescisória proposta pelo INSS e que culminou com a anulação da sentença exequenda e, conseqüentemente, dos atos executórios que se seguiram a ela. 5. Diante dessa situação, e considerando que, em face da citada decisão da Ação Rescisória, deverá ser proferida nova sentença ainda na fase de conhecimento, entendo que deve a lide ser, agora, processada e julgada pelo juízo de fato competente, qual seja, o Juízo Estadual, conforme antes explanado. 6. Conflito de Competência conhecido para declarar a competência para processar e julgar a presente demanda do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Jaú/SP, o suscitante, conforme o parecer do MPF”. (STJ – CC 102.459/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, 3ª Seção, julgado em 12.08.2009, DJe 10.09.2009).

rescisorium ou rejuízo da causa) somente poderá ser julgado perante o Tribunal competente para a matéria.⁵⁰ Esse é um caso típico que implica a divisão de competências: um Tribunal julgará o pedido rescindente e outro, o rescisório.

Novamente, observe-se que a admissibilidade da ação rescisória reconhecida por um órgão julgador não vincula os demais. Tal cisão é completa, envolve a competência para análise da admissibilidade e do mérito. Assim, a mesma sistemática de cindibilidade do julgamento deve ser atribuída ao juízo de admissibilidade, pois, quando, de plano, se puder verificar a inadmissibilidade ou não cabimento do pedido rescisório formulado genericamente, mesmo assim ocorrerá a cisão do julgamento. Porém, essa cisão do julgamento será, por óbvio, inviável, quando não houver pedido de rejuízo ou mesmo quando a demanda não comportar a pretensão rescindente, e, neste caso, como regra, não haverá que se falar em julgamento rescisório.⁵¹

⁵⁰ “Ação rescisória (competência). Em suma, é competente o Superior se tiver enfrentado a questão federal, se bem que não tenha conhecido do recurso especial ou agravo de instrumento.” (STJ – AgRg na AR 3.522/PE, Rel. Ministro Nilson Naves, 3ª Seção, julgado em 09.08.2006, DJ 04.12.2006, p. 256). “Ainda que o recurso especial não tenha sido conhecido, se o mérito da questão federal tratada tiver sido examinado pelo Ministro Relator no julgado monocrático que se pretende desconstituir, evidencia-se a competência deste Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar a presente ação rescisória.” (STJ – AR 1.597/AL, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, 3ª Seção, julgado em 08.08.2007, DJ 03.09.2007, p. 118). “O Superior Tribunal de Justiça é competente para julgar ação rescisória contra acórdão de Tribunal originário, quando o Relator aprecia a questão federal controvertida, em razão da aplicação analógica do teor da Súmula 249 – STF. Precedentes do STJ: REsp 720.045/RS, Rel. Ministro Francisco Peçanha Martins, DJU 27.06.05; REsp 712.285/PR, Rel. Ministro Luiz Fux, DJU 29.08.05; AgRg no REsp 1.064.424/RS, Rel. Ministro Luiz Fux, 1ª Turma, julgado em 23.03.2010, DJe 14.04.2010.” (STJ – Ação Rescisória 2.845/RS, 2003/0085326-8, 2ª Seção, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, julgado em 14.09.2011).

⁵¹ Colhe-se o seguinte aresto: “As inúmeras alterações trazidas pela Emenda Constitucional n. 45/04 repercutem, de maneira insólita, na competência para julgamento das ações rescisórias. A decisão rescindenda, proferida sob o pálio da regra de competência anterior, deverá ser anulada pelo próprio tribunal prolator que, muitas vezes, já não detém competência em razão da matéria para proferir um novo julgamento. Em outras palavras, a Corte de onde se origina o aresto rescindendo será competente para o juízo rescindente, mas não para o rescisório. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Conflito de Jurisdição 6.339/PE, Relator o Ministro Firmino Paz, entendeu que a competência deve ser cindida, cabendo ao órgão prolator da decisão rescindenda o *iudicium rescindens*, e à Corte detentora de competência material o *iudicium rescisorium*. 5. No caso, a matéria de fundo tratada no acórdão rescindendo, após a EC n. 45/04, passou à competência da Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, III, da CF/88. Cuida-se de controvérsia atinente à representação sindical, em que dois sindicatos disputam,

16.6 VIABILIDADE DA AÇÃO RESCISÓRIA COM BASE EM VIOLAÇÃO DE SÚMULA DOS TRIBUNAIS

Outro ponto importante é saber se a violação de súmula dos tribunais poderia fundamentar a ação rescisória. Em resposta, nos termos do § 5º do art. 966, verifica-se o cabimento. Com a entrada em vigência do CPC/2015, extinguiu-se a divergência anteriormente existente sobre a questão.⁵² Existe “violação manifesta quando ao caso é aplicada norma que destoa de entendimento sumulado pelos tribunais, ou firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas, ou de acórdão proferido pelo STF ou pelo STJ em julgamento de recursos repetitivos”.⁵³

Nessa hipótese, “quando há violação a súmula ou súmula vinculante, o que há, na verdade, é violação ao precedente que lhe deu origem ou à norma jurídica construída a partir de um texto normativo”.⁵⁴

com base no princípio da unicidade, o direito de constituir-se e organizar-se legitimamente em uma mesma base territorial. 6. O acórdão rescindendo detém eficácia exclusivamente declaratória e resultou na procedência do pedido formulado pelo Sindicato autor. Nesses termos, a ação rescisória se esgota em único juízo, o rescindente, não havendo espaço para o *iudicium rescisorium*. Desnecessária, portanto, a cisão de julgamento. 7. Tratando-se de ação rescisória que apenas comporta o *iudicium rescindens*, a competência para apreciá-la recai sobre o tribunal prolator, independentemente de ter sido a matéria de fundo transferida para outra jurisdição em virtude de alteração constitucional. 8. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, o suscitado”. (STJ – CC 74.683/ES, Rel. Ministro Castro Meira, 1ª Seção, julgado em 09.05.2007, DJ 21.05.2007. p. 529).

⁵² “A finalidade da alteração, conforme a exposição de motivos, ‘é que entre as várias diretrizes teóricas que inspiram o novo Código, o respeito à jurisprudência pelas instâncias inferiores desempenha um papel de destaque, do que dá prova o art. 927 do novo CPC, que, além de exigir dos juízes e tribunais observância a manifestações jurisprudenciais vinculantes ou precedentes do plenário ou dos órgãos especiais dos respectivos tribunais, impõe que o magistrado exponha textualmente a pertinência ou não dos precedentes citados pelas partes. Naturalmente, se o magistrado decidir o caso violando essas manifestações jurisprudenciais, isso deve ser interpretado como uma manifesta violação a norma jurídica’.” (FLEXA, Alexandre; MACE-DO, Daniel; BASTOS, Fabrício. *Novo Código de Processo Civil*: temas inéditos, mudanças e supressões, p. 675 e 676).

⁵³ MAZZEI, Rodrigo; GONÇALVES, Tiago Figueiredo. *Primeiras linhas sobre a disciplina da ação rescisória no CPC/2015*. In: DIDIER JR., Fredie (coord.); MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre. *Novo CPC – doutrina selecionada*, v. 6: processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais, p. 253.

⁵⁴ DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Curso de direito processual civil*, p. 490.

Embora haja posicionamento contrário,⁵⁵ entendemos que a Súmula 343 do STF permanece em vigor, após o CPC/2015. Segundo ela, “não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais”.

Sua criação se deu para garantir a segurança jurídica. Ora, havia e ainda há fundamento para o ajuizamento da ação rescisória na hipótese em que há um entendimento firmado pelas Cortes e, no caso concreto, este não é observado. Por outro lado, se, na época da prolação da sentença, havia entendimentos diversos, não há cabimento para a ação rescisória, pois inexistia violação à norma jurídica, e a possibilidade de ajuizá-la causaria tumulto no Judiciário, incertezas e insegurança jurídica; exceto se a matéria tratada possuir cunho constitucional.⁵⁶⁻⁵⁸

⁵⁵ “Eventual divergência jurisprudencial não deve ser compreendida como elemento a descartar a rescisória por esse fundamento. Já entendia, no volume 5 do meu *Curso sistematizado de direito processual civil*, que não era esta a melhor interpretação antes do CPC de 2015. Doravante, diante da função que ele quer emprestar a jurisprudência dos Tribunais (v., em especial, os arts. 926 e 927), aquele entendimento merece, de vez, ser superado, tanto para as questões de ordem constitucional como para as de ordem infraconstitucional. É correto entender, destarte, que não subsiste, no CPC de 2015, fundamento de validade para a Súmula 343 do STF.” (BUENO, Cassio Scarpinella. *Manual de direito processual civil*, p. 627).

⁵⁶ DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Curso de direito processual civil*, p. 495-496.

⁵⁷ “Ocorre, porém, que a lei constitucional não é uma lei qualquer, mas a lei fundamental do sistema, na qual todas as demais assentam suas bases de validade e de legitimidade, e cuja guarda é a missão primeira do órgão máximo do Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal (CF, art. 102). 4. Por essa razão, a jurisprudência do STF emprega tratamento diferenciado à violação da lei comum em relação à da norma constitucional, deixando de aplicar, relativamente a esta, o enunciado de sua Súmula 343, à consideração de que, em matéria constitucional, não há que se cogitar de interpretação apenas razoável, mas sim de interpretação juridicamente correta.” (MEDINA, José Miguel Garcia. *Novo Código de Processo Civil comentado*, p. 1383).

⁵⁸ Há quem emane posicionamento diverso: “Como inexistente uma única resposta correta para os problemas interpretativos, é preciso considerar legítima a decisão que, na falta de precedente constitucional ou de precedente federal, confira determinada interpretação que posteriormente não foi sufragada pelas Cortes Supremas. Justamente para proteger o espaço de desacordo interpretativo inerente a um sistema de precedentes, não cabe ação rescisória para desconstituição da coisa julgada quando ao tempo da sua formação havia controvérsia na jurisprudência sobre a questão enfrentada (súmula 343, STF). Pouco importa a índole constitucional ou federal do debate: em ambas as hipóteses a ação rescisória não é cabível (STF, Pleno, RE 590.809/RS, rel. Min. Marco Aurélio, j. 22.10.2014, *DJe* 21.11.2014, e STJ, 1ª Turma, REsp 1.458.607/SC, rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, j. 23.10.2014, *DJe* 03.11.2014).” (MARINONI,

Mas, em sendo o caso de sobrevir precedente de tribunal que fixe seu entendimento em determinado sentido, observado o prazo prescricional, a jurisprudência tem entendido que a ação rescisória poderá ser postulada,⁵⁹ abranja o caso matéria constitucional ou infraconstitucional.⁶⁰

16.7 DECISÕES PARCIAIS DE MÉRITO (ARTS. 311 E 356, AMBOS DO CPC) E SUA RESCINDIBILIDADE

Os pronunciamentos judiciais podem ser classificados em: a) atos do órgão julgante: acórdãos, sentenças, decisões interlocutórias e despachos; e b) atos meramente ordinatórios, exarados diretamente pelo serventuário da justiça e, em princípio, irrecorríveis, devendo ser revistos, se necessário, pelo próprio juiz da causa.⁶¹

Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Código de Processo Civil comentado*, p. 1023).

⁵⁹ “Nos termos do Enunciado 343 da Súmula do STF, não é cabível ação rescisória por violação de literal dispositivo de lei quando a matéria era controvertida nos Tribunais à época do julgamento. A jurisprudência, contudo, tanto no STF como no STJ evoluiu de modo a considerar que não se pode admitir que prevaleça um acórdão que adotou uma interpretação inconstitucional (STF) ou contrária à Lei, conforme interpretada por seu guardião constitucional (STJ). Assim, nas hipóteses em que, após o julgamento, a jurisprudência, ainda que vacilante, tiver evoluído para sua pacificação, a rescisória pode ser ajuizada. Compete ao requerente, ao demonstrar a violação de literal dispositivo de lei, expor em que sentido se pacificou a jurisprudência dos Tribunais Superiores’ (STJ, AR 3.682/RN, rel. Min. Nancy Andrighi, 2ª S., j. 28.09.2011)” (MEDINA, José Miguel Garcia. *Novo Código de Processo Civil comentado*, p. 1385).

⁶⁰ “Mesmo que sejam razoáveis as interpretações divergentes atribuídas por outros tribunais, cumpre ao STJ intervir no sentido de dirimir a divergência, fazendo prevalecer a sua própria interpretação. Admitir interpretação razoável, mas contrária à sua própria, significaria, por parte do Tribunal, renúncia à condição de intérprete institucional da lei federal e de guardião da sua observância. Por outro lado, a força normativa do princípio constitucional da isonomia impõe ao Judiciário, e ao STJ particularmente, o dever de dar tratamento igual para situações iguais. Embora possa não atingir a dimensão de gravidade que teria se decorresse da aplicação anti-isonômica da norma constitucional, é certo que o descaso à isonomia em face da lei federal não deixa de ser um fenômeno também muito grave e igualmente ofensivo à Constituição.” (MEDINA, José Miguel Garcia. *Novo Código de Processo Civil comentado*, p. 1384).

⁶¹ “No direito brasileiro atual, existe uma correspondência bastante expressiva entre os tipos de recurso e os tipos de decisão. Esta a principal razão em função da qual é relevante a classificação, para a possibilidade de identificação, dos pronunciamentos judiciais.” (WAMBIER, Luiz Rodrigues. *Teoria geral dos recursos. Doutrinas Essenciais de Processo Civil*, São Paulo: RT, v. 7, out. 2011. p. 931).

Por sua vez, a sentença pode ser entendida em sentido *stricto* (pondo fim à fase de conhecimento em primeiro grau) e em sentido *lato* (pondo fim à fase de conhecimento, como um todo). É da sentença *lato sensu* que se admite a ação rescisória, uma vez que com a sua formação restará atingido o trânsito em julgado material.

A sentença *stricto sensu* é aquela que, tendo por conteúdo as matérias dos arts. 485 e 487, põe fim ao procedimento de primeiro grau, entretanto ela pode ser dividida em capítulos distintos e estanques, na medida em que a cada parte do pedido inicial atribui-se um capítulo correspondente na decisão. Podem, ainda, ser proferidas decisões interlocutórias no curso do processo que, embora não coloquem fim ao procedimento em primeiro grau (pois não resolvem toda a lide), solucionam parcela do conflito (art. 356 do CPC/2015). E, dada a recorribilidade, a sorte de cada capítulo (ou da matéria abrangida pela decisão interlocutória que resolveu o processo parcialmente – impugnada por agravo de instrumento) pode ser distinta: uns reformados e outros não,⁶² uns reformados e na instância posterior reestabelecidos os efeitos da decisão de primeira instância, bem como um ou alguns capítulos poderão permanecer irrecorridos, dada a possibilidade de recurso parcial.⁶³

⁶² “O tema do recurso parcial sugere desde logo o dos limites da devolução operada pelo recurso interposto, quando ele não é integral. Essa limitação é regida principalmente pelo disposto no art. 515, *caput*, do Código de Processo Civil, *verbis*: ‘a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada’. Nesse texto, onde está matéria impugnada leia-se capítulos impugnados – e entender-se-á, como é natural, que o art. 515 declara devolvidos ao tribunal exclusivamente os capítulos de sentença que houverem sido objeto de impugnação, não se devolvendo os demais. Nem importa por que o recurso interposto terá sido parcial – se por força de lei, por vontade do recorrente ou por ambos os motivos (*supra*, n. 45, 46 e 47). Os capítulos inatacados reputam-se cobertos pela preclusão adequada ao caso, tendo portanto o mesmo destino que teria o ato decisório inteiro, se recurso algum houvesse sido interposto. Se o capítulo irrecorrido fizer parte de uma sentença, a preclusão incidente sobre ele será a *proclusio maxima*, ou seja, a coisa julgada formal; se ele contiver um julgamento de mérito, seus efeitos ficarão também imunizados pela autoridade da coisa julgada material. Em qualquer dessas hipóteses a devolução operada pelo recurso parcial é limitada aos capítulos impugnados, não se reputando o tribunal investido de poderes para apreciar os capítulos omitidos pelo recorrente. É rigorosamente nula, por infração ao art. 515, *caput*, do Código de Processo Civil, e às normas sobre a coisa julgada contidas na Constituição Federal e no direito infraconstitucional, a decisão recursal que for além do que se houver recorrido.” (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Capítulos da sentença*, 2002, p. 105). Corresponde ao art. 515, *caput*, do CPC/1973 o art. 1.013, *caput*, do CPC/2015.

⁶³ No mesmo sentido da nota anterior, colacionamos a lição de que “a apelação parcial pressupõe um litígio capaz de ser fragmentado e cindido em várias questões distintas. Ou então o *simultaneus processus* com cumulação objetiva de pedidos. Como lembra José Alberto dos Reis, há

Assim, o Tribunal, em sede recursal, pode alterar parcialmente o resultado das decisões de primeiro grau e empregar o efeito substitutivo, colocando o acórdão em lugar dessa parte modificada da decisão de primeira instância. Da mesma maneira, o juiz de primeira instância pode pronunciar decisões com erro material e retificá-las posteriormente; pode também proferir decisões que concedem definitivamente parte do mérito ao autor. São muitas as possibilidades diante da pluralidade de pedidos em um mesmo processo, podendo um ou mais pedidos restar resolvido *initio litis* e outros pedidos prosseguir em fase recursal, até a decisão final. São capítulos distintos de uma mesma sentença.

Fato é que o trânsito em julgado material somente se opera na sentença *lato sensu*, una e indivisível, que resulta do que restou ao final decidido levando-se em conta as sucessivas decisões até a última e derradeira decisão com trânsito em julgado formal no processo. Há um distanciamento daquele conceito restrito de sentença de mérito, afeito à primeira instância, das demais decisões de mérito.⁶⁴⁻⁶⁵

um conhecido aforismo que diz o seguinte: ‘quo capita tot sententiae’. E a ideia que ele contém assim se explica: ‘quantos os capítulos, tantas as sentenças; por outras palavras, numa sentença há tantas decisões distintas, quantos forem os capítulos que ela contiver’. (...) Capítulos da sentença são, portanto, aquelas questões que as partes submeteram ao juiz (de que fala o art. 458, III, do Código de Processo Civil) e que a sentença soluciona. É, enfim, toda a questão oriunda do litígio e que, decidida na sentença, possa causar gravame a uma das partes, ou a ambos os litigantes”. (MARQUES, José Frederico. *Instituições de direito processual civil*. Atualizada por Ovídio Rocha Barros Sandoval. Campinas: Millennium, 2000. v. IV. p. 140). Corresponde ao art. 458, inciso III, do CPC/1973 o art. 489, inciso III, do CPC/2015.

⁶⁴ Vide a crítica doutrinária quanto ao texto do art. 485, *caput*, do CPC, com relação ao termo *sentença* rescindível: “A redação mais apropriada para o dispositivo é utilizar-se do gênero ‘decisão’ em vez de acrescentar as espécies de pronunciamentos rescindíveis ao *caput* do projetado art. 919 e ao art. 922. Assim, é mais adequado tecnicamente substituir o termo ‘sentença’, do vigente art. 485 do CPC, por ‘decisão’. Com isso, qualquer ato decisório que represente julgamento de mérito fica sujeito a ação rescisória”. (BARIONI, Rodrigo Otávio. Ação rescisória no novo CPC: propostas de alteração. *Revista de Processo*, São Paulo: RT, v. 37, n. 207, p. 239-264, maio 2012. p. 240). Corresponde ao art. 485 do CPC/1973 o art. 966 do CPC/2015.

⁶⁵ “O art. 966 do CPC prevê a possibilidade de ação rescisória contra decisão de mérito transitada em julgado. O art. 485 do CPC-1973 continha a expressão ‘sentença de mérito’. A mudança do termo ‘sentença’ por ‘decisão’ não foi ocasional. O propósito é evidente: permitir o ajuizamento de ação rescisória contra qualquer tipo decisão de mérito: decisão interlocutória, sentença, decisão de relator ou acórdão. (...) a mudança está em consonância com o sistema do CPC, que permite a prolação de decisões parciais: aquelas que dizem respeito a apenas parcela do objeto litigioso.” (DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Curso de direito processual civil*, p. 423).

A título ilustrativo, quando o juiz profere decisão interlocutória de mérito, condenando a parte contrária a ressarcir os danos materiais sofridos pela autora, porque se trata de direito incontroverso (art. 356 do CPC/2015) e prosseguindo, porém, o feito, haja vista a necessidade de dilação probatória quanto aos demais pedidos, então posteriormente sobrevém sentença no mesmo processo (com base no art. 487 do CPC), nem por isso restará ferida a unidade da sentença. Do mesmo modo, ao final, é formada a sentença *lato sensu*.⁶⁶

Na causa em que, por hipótese, haja cumulação objetiva e subjetiva, pedidos e partes, é possível que sobrevenha decisão de prescrição parcial, exclusão de um dos litisconsortes, sejam antecipados os efeitos da sentença com base em direito incontroverso (arts. 356, I, e 311 do CPC/2015), seja concedida a tutela específica da obrigação em obrigação de fazer ou não fazer (art. 497 do CPC/2015). Portanto, a parte que se julgar prejudicada interpõe o agravo de instrumento, e a decisão pode ser reformada. Acessam-se os recursos extremos, enfim, até a preclusão final da questão julgada em primeira instância. Finalmente, o juiz de primeira instância exara a sentença final e definitiva, e o processo atinge seu fim natural com o julgamento de mérito (hipóteses do art. 487 do CPC/2015). A recorribilidade recomeça. Interposto e julgado o recurso de apelação, sobreveio reforma de parte da sentença. Julgado o recurso especial, por hipótese, acolheu-se integralmente a tese recursal, implicando reforma parcial da sentença. Por fim, o recurso

⁶⁶ Entre o critério topológico e o do conteúdo, aqui defendemos a teoria mista, com ligeira variação para adequar a definição da sentença ao que vemos acontecer no processo rescisório. Assim, *mutatis mutandis*, “é de se notar que (...) não há possibilidade de fracionamento da sentença ou acórdão, capaz de ensejar o trânsito em julgado parcial. Significa dizer: ainda que exista mais de um capítulo, para efeito de fluência do prazo (...), a sentença rescindenda será vista como um todo indivisível”. (JORGE, Flávio Cheim. *Análise da Súmula 401 do STJ*. Disponível em: <<http://www.cjar.com.br>>. Acesso em: 16 jul. 2011). “Conclui-se, portanto, que a interpretação literal do art. 162, § 1º, do CPC não deve prevalecer ante a sistemática processual civil. Por sentença atualmente deve ser entendido o pronunciamento do juiz com aptidão de pôr fim à fase de conhecimento ou à fase de execução (antigos processos de conhecimento e de execução). Não se extinguindo estas do processo sincrético, inexistirá sentença. Essas considerações são importantes porque mostram que não basta que o pronunciamento tenha por conteúdo uma das matérias dos arts. 267 e 269 para ser classificada como sentença. É preciso que também tenha por finalidade levar a extinção da fase cognitiva ou executiva.” (JORGE, Flávio Cheim. *Teoria geral dos recursos cíveis*, 3. ed., p. 42). Correspondem aos arts. 162, § 1º, 267 e 269 do CPC/1973, respectivamente, os arts. 203, § 1º, 485 e 487 do CPC/2015. Nota-se que o CPC de 2015 alterou o conceito de “sentença” no mesmo sentido exposto, ou seja, não apenas abrange uma das hipóteses dos arts. 485 e 487, mas também põe término ao processo de conhecimento ou de execução.

extraordinário não foi admitido. Tudo isso para demonstrar que a hipótese aventada bem ilustra o que pode ocorrer na cumulação material ou subjetiva; mas não só: até mesmo em uma causa singular, com a amplitude de possibilidades, já se revela a complexidade do ato sentencial.

Nem se diga que não haverá trabalho em separar o que é decisão interlocutória de mérito do que é sentença, o que já foi executado do que resta para executar, quer em face da possibilidade de execução provisória (art. 520 do CPC/2015), quer pela exequibilidade direta de algumas medidas no âmbito da antecipação de tutela (arts. 297 e 497 do CPC/2015).⁶⁷

É por isso que a sentença, para efeitos da contagem do prazo rescisório, tem definição simplificada.

A sentença *lato sensu* é o pronunciamento judicial originado e desenvolvido no curso do mesmo processo, que implica uma das situações do art. 485 ou 487, seja em ato único ou constituído pela somatória de atos decisórios, definitivamente constituídos pelo derradeiro pronunciamento que põe fim⁶⁸ ao processo. A

⁶⁷ Anteriormente vigia entendimento pela existência de sentenças parciais de mérito. Assim, “se partes distintas da sentença transitaram em julgado em momentos também distintos, a cada qual corresponderá um prazo decadencial com seu próprio *dies a quo*, para fins de ajuizamento de ação rescisória – vide PONTES DE MIRANDA, *Tratado da ação rescisória*, 5. ed., p. 353. (in *Comentários ao Código de Processo Civil*, de José Carlos Barbosa Moreira, v. V, Editora Forense, 7. ed., 1998, p. 215, nota de rodapé n. 224)”. (REsp 283.974 e 363.568 da lavra do Ministro José Arnaldo da Fonseca, 5ª Turma). Contudo, foi alterada essa realidade, para se assentar que “a coisa julgada material é a qualidade conferida por lei à sentença/acórdão que resolve todas as questões suscitadas pondo fim ao processo, extinguindo, pois, a lide. – Sendo a ação una e indivisível, não há que se falar em fracionamento da sentença/acórdão, o que afasta a possibilidade do seu trânsito em julgado parcial. – Consoante o disposto no art. 495 do CPC, o direito de propor a ação rescisória se extingue após o decurso de dois anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida na causa. – Embargos de divergência improvidos”. (STJ – EREsp 404.777/DF, Rel. Ministro Fontes de Alencar, Rel. p/ Acórdão Ministro Francisco Peçanha Martins, Corte Especial, julgado em 03.12.2003, DJ 11.04.2005. p. 169). Corresponde ao art. 495 do CPC/1973 o art. 975 do CPC/2015.

⁶⁸ “A incorporação à legislação processual de um modelo sincrético na execução determinou a alteração do conceito de sentença por intermédio da lei 11.232/2005 ao defini-la ‘o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269 desta Lei’ (art. 162, § 1º do CPC/1973) (...) Em linha com o que é defendido pela doutrina amplamente dominante, o ato judicial somente será considerado sentença de mérito quando colocar fim ao processo ou quando resolver por inteiro todo o objeto da demanda na fase cognitiva. O legislador acabou por positivar esse posicionamento no § 1º do art. 203, segundo o qual ‘Ressalvadas as disposições expressas dos procedimentos especiais, sentença é o pronunciamento por meio do qual

sentença *lato sensu* é una e indivisível, consolida-se quando proferida a última decisão no processo, ainda que assuma a forma de composição por capítulos, sendo integrada pelas decisões interlocutórias, os acórdãos e as sentenças *stricto sensu*, desde que produzidas no mesmo processo e, ao final, vigentes.⁶⁹

Assim, desde logo fica afastada a dúvida que se instalaria sobre eventual existência de decisões interlocutórias de mérito que admitiria o trânsito em julgado em separado.⁷⁰ Em verdade, trata-se de pronunciamentos de mérito produzidos em vários atos decisórios, ao longo do processo, verdadeiros capítulos da sentença que, embora possam se assemelhar a uma colcha de retalhos, mantêm sua unidade.

Aqui, revela-se importante ter presente o art. 966 do CPC/2015, em consonância com a Súmula 401 do STJ.⁷¹ Somente a “sentença” de mérito, uma vez operado o trânsito em julgado material e preenchidos os demais requisitos, é que pode ser objeto de rescisão. Ainda, o prazo da ação rescisória só se inicia do trânsito em julgado da última decisão, seja ou não de mérito.

Daí que o tema decisões parciais de mérito (aí inclusos julgados nos termos dos arts. 298, 497 e 356 do CPC/2015) possui relevância para o estudo dos recursos, no âmbito da coisa julgada formal.⁷² Para efeitos do estudo da coisa julgada

o juiz, com fundamento nos arts. 485 e 487, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução.” (FLEXA, Alexandre; MACEDO, Daniel; BASTOS, Fabrício. *Novo Código de Processo Civil: temas inéditos, mudanças e supressões*. 2. p. 202 e 203).

⁶⁹ Note-se que, em comentário ao dispositivo da sentença, é nele, “no decisório que reside a parte preceptiva da sentença”. Mas nada impede que esse *decisorium* seja constituído por capítulos. (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Capítulos da sentença*, 4. ed., p. 16).

⁷⁰ Vale pontuar que há entendimento em sentido contrário: “A regra geral, disciplinada no *caput* do art. 975 do CPC/2015, incorpora equivocadamente entendimento firmado na jurisprudência do STJ, de que, havendo capítulos da decisão com diferentes datas de trânsito em julgado, considera-se iniciado o prazo para a propositura da ação rescisória, em relação a todos os capítulos, somente da data em que ocorrido o trânsito em julgado do último capítulo.” (MAZZEI, Rodrigo; GONÇALVES, Tiago Figueiredo. *Primeiras linhas sobre a disciplina da ação rescisória no CPC/2015*. In: DIDIER JR., Fredie (coord.); MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre. *Novo CPC – doutrina selecionada*, v. 6: processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais, p. 264).

⁷¹ “O prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial.” (Súmula 401 – STJ, 07.10.2009, *DJe* 13.10.2009).

⁷² OLIVEIRA, Bruno Silveira de. A “interlocutória faz de conta” e o “recurso ornitorrinco”: ensaio sobre a sentença parcial e sobre o recurso dela cabível. *Revista de Processo*, São Paulo: RT, v. 37, n. 203, p. 73-96, jan. 2012. p. 75.

material e respectivo cabimento da ação rescisória, não se leva em conta a preclusão operada pelo trânsito em julgado formal.

Para efeitos da ação rescisória, o tratamento é de capítulos da mesma sentença, isto é, as decisões que resolvem o mérito, ainda que proferidas em tempos distintos e em instâncias distintas, desde que no mesmo processo, valem como documento único e indivisível para o cabimento da ação rescisória. O prazo para propositura da ação rescisória se inicia da última decisão, e pode ter por objeto a sentença de mérito, ou seja, a somatória de todos os capítulos meritórios resolvidos no curso do processo.

O julgamento é um só, integrando-se à sentença *lato sensu* as decisões interlocutórias, os acórdãos e as sentenças *stricto sensu* (aquela que finaliza o procedimento em primeira instância), desde que proferidas no mesmo processo e se relacionem com o mérito da causa. Não seria coerente aventar que existem sentenças parciais de mérito, porque sentença, nos moldes do art. 203, § 1º, do CPC/2015, é o pronunciamento que estabelece o término da demanda, havendo, em vez delas, decisões interlocutórias que julgam parcialmente o mérito,⁷³ as quais, juntamente com os acórdãos e sentenças *stricto sensu*, constituem-se em capítulos de uma mesma sentença. A entrega do conhecimento parcial e, até mesmo, do bem da vida a esta parte referida, no curso do processo, é apenas uma antecipação daquilo que seria somente entregue ao final. Quem vai a juízo quer ver dirimida toda a controvérsia posta na ação. Assim, ao sentenciar, o Estado-juiz entrega integralmente o que se pede. Por esse viés, não se admitem sentenças parciais.⁷⁴

Ao admitir-se a coexistência, no sistema processual, da sentença *stricto sensu* e da sentença *lato sensu*, não há quebra do princípio da unidade e unicidade da sentença. Note-se que não há relação de gênero e espécie, mas se estabelece

⁷³ “Não obstante o silêncio sobre a natureza jurídica da referida decisão, contudo, trata-se de decisão *interlocutória e de mérito*. Menos pelo que é possível extrair do § 5º do art. 356, que, no particular, limita-se a indicar o recurso cabível, mais por causa do *sistema processual civil*, cujos §§ 1º e 2º do art. 203 conduzem, com segurança, a esta conclusão”. (BUENO, Cassio Scarpinella. *Manual de direito processual civil*, p. 334).

⁷⁴ “O juiz não pode cindir o julgamento.” (LOPES, João Batista. *Tutela antecipada no processo civil brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 212). Todavia, com fundamento no § 6º do art. 273 do CPC, “a tutela antecipada, na hipótese, implica o acolhimento do próprio pedido, e não de simples efeitos práticos dele, em razão da ausência de controvérsia”. (JORGE, Flávio Cheim. *Teoria geral dos recursos cíveis*, 3. ed., p. 38).

uma relação de conjunto, em que a sentença *lato sensu* envolve a sentença *stricto sensu*.⁷⁵ O prazo decadencial para a ação rescisória conta-se do trânsito em julgado da última decisão, quando findará a formação da sentença *lato sensu*.⁷⁶

⁷⁵ Em sentido contrário, a doutrina aponta que “O NCPC, em seu art. 356, admite de forma expressa a possibilidade de julgamento parcial do mérito, rompendo o dogma da sentença uma. Chama a decisão, neste caso, de decisão interlocutória de mérito” (WAMBIER, Teresa Arruda Alvim [et al.]. *Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil*: artigo por artigo, p. 620). *Data venia*, não é esse o sentido que defendemos. Para nós, persiste no sistema o princípio da unicidade do julgamento de mérito.

⁷⁶ Em sentido contrário: “o prazo de decadência terá de ser computado caso a caso, a partir do trânsito em julgado de cada decisão”. (MOREIRA, José Carlos Barbosa. Sentença objetivamente complexa, trânsito em julgado e rescindibilidade. In: NERY JÚNIOR, Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis*. São Paulo: RT, 2007. v. 11. p. 177).